

A DIMENSÃO ACTUAL E HISTÓRICO-LITERÁRIA DE AGOSTINHO NETO

LUÍS KANDJIMBO*

Luanda - Angola

INTRODUÇÃO

Numa altura em que certos estudiosos pensam, insistindo, não haver problemas em integrar simultaneamente um escritor em dois espaços culturais diferentes em razão da comunidade de língua, e vivendo um tempo novo cujos fundamentos que o legitimam repousam na construção de uma realidade nacional, cada vez mais se impõe o convencimento de devermos tributar um novo olhar acompanhado de uma nova utensilagem teórica sobre alguns factos histórico-literários. Por enquanto, esta necessidade é mais um projecto do que uma intenção imediata. De acordo com V.Y. Mudimbé, "concretamente, trata-se, para nós Africanos, de cercar a ciência, começando pelas ciências humanas e sociais, e de captar as tensões, de re-analisar por nossa própria conta os suportes contingentes e os lugares de enunciação, de saber qual o novo sentido e que via propor às nossas interrogações para que os nossos discursos nos justifiquem como existências singulares empenhadas numa história, ela também singular"¹.

É tomando em conta a revelação da importância hoje provavelmente condensada em determinadas reflexões inscritas em épocas recuadas no tempo e, no caso presente, há, aproximadamente, quarenta anos, que pretendemos traçar o perfil de dois ensaios do então jovem António Agostinho Neto de 24 anos de idade, no dealbar da primeira metade do decénio de 40.

A compreensão da dimensão dos ensaios em questão revoga ir-

* Originariamente publicado em **Apuros de Vigília - Ensaios de Meditação Genérica**. Luanda, União dos Escritores de Angola.

remediavelmente qualquer aproximação analítica que não sobrevoe, ainda que parcialmente, alguns dos mais relevantes aspectos que marcam a entrada para aquele decénio. Assim sendo, parece ser necessário passar em sumária revista alguns aspectos dos decénios que precedem aquele, procurando encontrar os nexos e condições relativamente às produções ideológicas típicas de 40 para depois entrarmos na captação do fundo teológico de tais produções e, no nosso caso em análise, ver os possíveis campos de efeitos pretendidos através da densidade simbólica que comportam os dois ensaios, dentro do contexto epocal em que são produzidos. Por isso, a apresentação do cenário característico dos períodos que antecedem os anos 40 leva-nos a uma retrospectiva mais penetrante no sentido de assinalarmos alguns dos produtos desse cenário, começando por uma das obras produzidas na primeira década do século actual que, para já, reputamo-la como sendo das produções mais importantes da nossa história literária. Trata-se, pois, de **História de Uma Traição**, da autoria de Pedro da Paixão Franco. Ao lado desta obra colocamos igualmente a **Voz de Angola Clamando no Deserto**, não só pelo facto de o autor de **História de Uma Traição** não ter aí participado, mas também porque pensamos estar bem desenhado, em ambas as obras, o universo sócio-político da época, a base em que assentavam muitas das relações interindividuais e ainda algumas das manifestações de carácter associativo.

Entretanto, o espírito associativo desse período estende-se ao longo dos anos posteriores, até que, durante os anos 20, é posto em causa, mais precisamente em 1922, quando é publicado o Decreto nº 99², cujo conteúdo apontava para a suspensão do jornal **O Angolense**, órgão da Liga Angolana, e, assim, abalando a existência legítima desta associação. O periódico em causa conserva então o título de um já existente no princípio do século, de que fizera parte do elenco fundador Pedro da Paixão Franco, como nos informa este autor no seu livro: “**O Angolense** foi um pharol - foi preciso que elle apparecesse [...] Orgão autónomo da opinião emancipada dos autochtones, tendo por alvo a evolução material e moral do grande império de Angola³.” Convém ainda acrescentar que o mesmo título é retomado já após 74 para um jornal publicado na capital do país.

Sabe-se que o móbil de que promana o referido decreto tem na sua base os acontecimentos (rebelião) de Catete⁴. Estes acontecimentos constituem uns dos vários que nesse período se disseminam por todo o território angolano, como bem diz Assis Júnior: “A revolta de nativos em Angola, o incitamento do gentio de Dala Tando ao massacre dos europeus e todas as afrontas que ao homem de Angola se têm atirado, ecoaram por uma forma retumbante por toda a província e fora dela [...]”⁵.”

A anteceder, cronologicamente, aqueles acontecimentos, há a

registrar que em 1920 uma séria revolta eclodiu no Bié e no Bailundo, apoiada em reivindicações sobre o recrutamento laboral, trabalho forçado e expropriação de terras pelos europeus. Esta revolta de 1920 foi “esmagada”. Outros acontecimento da mesma natureza se estendem aos anos de 1930 e 1940.⁶

Importa, já agora, notar que as sublevações que atravessam o período que aqui estamos a talhar são algumas das formas de resistência que as populações oferecem à aplicação da política colonial, neste caso de medidas mais aberrantes, tais como as legislativas no domínio do trabalho chamado indígena e do imposto de cubata que em 1919 passa a designar-se “imposto de capitação”.

O regime laboral (recrutamentos, contratos, curadoria, já que se considera o “indígena” incapaz juridicamente), bem assim como as obrigações tributárias que pesavam sobre as populações, assumem um perfil droconiano, atendendo à própria natureza do colonialismo português.

Os constantes levantamentos das populações, longe de constituírem simples motivos de inquietações e instabilidade da administração colonial, vão ecoar além-fronteiras, alcançando alguns círculos filantrópicos da Europa e da América. Com efeito, alguns destes círculos estão representados em Angola, nesse período. É assim que, perante as iníquas medidas já referidas, até aos anos 40, é digno de realce a acção das populações que operam a apropriação do discurso de algumas missões religiosas, no sentido de uma estratégia de combate, tornando imperceptível a real carga de contestação que lhe está subjacente⁷.

Num seu relatório, Ivo Cerqueira, Secretário dos Negócios Indígenas nos anos 30, transcreve, para ilustrar as posições das missões protestantes, o que se segue: “O primeiro Alto-Comissário da República nesta colónia, ao mandar publicar o Decreto nº 77, de 9 de Dezembro de 1921, que regula os direitos e deveres das missões religiosas, teve em vista evitar, o mais possível, a **desnacionalização do indígena**, pela acção das missões protestantes, pois se sentia bem quanto a acção dessas missões era nefasta.”

“[...] Em 1927 mandava então o Alto-Comissário, fazer um inquérito a todas as missões da colónia, tendo sido encarregado desse inquérito o administrador de 1ª classe de circunscrição civil Raul Pires.

“Desse inquérito se mostra que não existiam na colónia mais de três missões protestantes que cumprissem o Decreto nº 77 na íntegra e que a maior parte nem só uma das cláusulas cumpria.”

São desse inquérito as passagens seguintes: “Dum bilhete escrito por um catequista da missão do Bailundo a outra indígena que, pro-

vavelmente, abandonou a missão: '[...] Não penses que os portugueses são superiores aos ingleses - olha que os ingleses são superiores e eles hão-de vir e a terra há-de ser nossa e nós havemos de vencer' - (ass.) **Justo Hosea**⁸."

Todavia, o que aí se transcreve não significa fazer destaque aos méritos das missões protestantes; pretende-se, pelo contrário, demonstrar que as populações angolanas sempre constituíram depositários férteis e abertos a todas as contribuições à dimensão nacionalista das suas aspirações, como já se deixou referido.

Transcrevendo outras passagens, Ivo Cerqueira, no seu relatório, continua: "Concretizando pois a minha afirmação de que as missões estrangeiras **desnacionalizam** os indígenas [...], falando-lhes de outras nações mais poderosas que Portugal, ensinando-lhes também por vezes a sua própria língua [...]"⁹."

Como se vê, as missões protestantes são objeto de suspeitas do governo colonial, na medida em que, para lá das aparências, veiculam alguns dos sentimentos das populações com as quais estabelecem contacto. Tal estratégia fundamenta que estas "iniciativas manifestam rapidamente um aspecto político, elas estão na origem de nacionalismos ainda rudimentares, mas cuja significação não é equívoca"¹⁰

Entretanto, é no seio de uma família protestante que se realiza o processo de socialização da personalidade do autor dos ensaios em análise, contanto que o pai é pastor protestante. Assim, o mesmo tipo de suspeitas em relação às missões protestantes hão-de recair sobre os seus missionários ou pelo menos sobre a sua actividade.

Num artigo publicado na edição nº 43 do jornal **O Estandarte**, de Setembro de 1938, sob o título "Haja Luz", Gaspar de Almeida escreve o seguinte: "O pastor Sr. Agostinho Pedro Neto [pai de António Agostinho Neto], há pouco transferido para essa região dos Dembos e para onde seguiu em 9 do mês de Agosto próximo passado, com a sua família, deixando nos estudos do 3º ano dos liceus dois filhos, é um dos mais antigos missionários nativos.

"Há vinte anos que é pastor e tem-se distinguido muito pelo seu valor moral e pela sua autoridade espiritual [...]"

"Desempenhou um importantíssimo papel na educação do povo da região de Catete, nomeadamente Cachicane, onde era o seu campo de acção e onde permaneceu cerca de doze anos em serviço digno de registo e que até certo ponto mereceu elogios do primeiro Alto-Comissário da colónia, general Norton de Matos, segundo o officio da Secretaria de Colonização e Negócios Indígenas de 7 de Dezembro de 1921, dirigido ao antigo director desta missão de Luanda [...] cujo teor é o seguinte:

“Tendo S.Ex^a o Alto-Comissário e governador-geral observado que na missão americana que funciona em Cachicane, “Catete”, se ensina bem o português, e só o português, mereceu referências elogiosas de S.Ex^a [...]”¹¹.”

Em 1928 é publicado o Código do Trabalho Indígena, estabelecendo parte da doutrina que permitirá a observância dessas normas apenas pelo trabalhador dito indígena e não por outras camadas da população titulares de estatuto diferente. Em 1929 aparece **O Segredo da Morta**, “o livro mais importante sobre a época áurea da burguesia africana”, no dizer de Henrique Guerra, no prefácio ao referido livro. Em 1930, pelo Decreto nº 18.570 é aprovado o Acto Colonial, em substituição de um capítulo da Constituição da República Portuguesa. Em 1929-1930 reaparece a Liga Angolana, agora sob a designação de Liga Nacional Africana; na mesma altura, a Associação dos Naturais de Angola, sucedendo ao Grémio Africano, que desaparecera em 1923. É ainda Pedro da Paixão Franco que nos dá conta das associações embrionárias de que se desenvolveriam as mencionadas mais atrás. “Fundados por aborígenes, estiveram funcionando, n’esta capital, com regularidade, o **Sport Club Angolense** e a **União Recreativa** [...]” “Fins d’essas agremiações: estudo e recreio”¹².” Faz igualmente referência à fusão do **Sport** e da **União**, que teria dado lugar ao **Grémio Africano**. Como se lê na mesma página do livro, inferimos a existência de um outro Grémio Africano em Benguela, sobre o que reconhecemos não ter ou nunca ter tido informações. Em 1937 é publicado o Decreto nº 27.493, sobre a liberdade de imprensa, com base no qual se procede à condensação, num só diploma, à legislação dispersa nesta matéria. Esta arrumação unitária da legislação tinha como finalidade, diz-nos o preâmbulo: “coibir abusos que ultimamente se têm manifestado em alguns jornais”.

À entrada para a década e 40, vista numa óptica comparada e focada no continente, vive-se um contexto político e cultural em torno do movimento pan-africanista. Vamos apenas registrar alguns encontros ou congressos animados por este movimento. Em Londres, 1900; em Paris, 1919; em Bruxelas e Paris, 1921; em Londres e Lisboa, 1923; em Nova Iorque, 1927, e em Manchester, 1945¹³. Além disso, em 1930 funda-se o jornal **Légitime Défense**, congregandoum grupo líderador por Etinne Léro, de que fazem parte escritores de origem antilhesa cujas teses levam à consciencialização do estudante negro em Paris e, posteriormente, à fundação de um outro jornal, **L’Etudiant Noir** (1934). Vem, em 1936, a autorização, nas então colónias francesas, para a criação de sindicatos africanos, que

Joseph Ki-Zerbo, formando um par com a categoria dos intelectuais, considera “grupos motores”.

Deixamos aqui a referência ao contexto africano ao nível das ideias.

No nosso país, a entrada para a década de 40 está ancorada à vigilância do fascismo do chamado “Estado Novo”. As reacções das populações passam a ser subterrâneas, aparentemente invisíveis.

É claro que acontecimentos como os do Bailundo e Bié, os de Catete e outros anónimos que, por certo, hoje sobrevivem na boca de algumas “bibliotecas vivas”, atravessam todas uma série de filtros da memória colectiva e, mais além, alojando-se no imaginário dos homens enquanto dura a afronta ao colonialismo. É o caso do autor dos ensaios que aqui pretendemos em análise.

As manifestações de carácter literário são completamente domesticadas por uma escrita de pendor fundamentalmente colonialista. Sobre isso, no seu ensaio de Março de 1946 publicado no jornal **Farolim**, Agostinho Neto, escrevia o seguinte: “O que necessitam os nossos artistas e escritores é imprimir mais sinceridade nas suas obras e menos preocupação em adoptar a **maneira de ver dos escritores colonialistas**.” [O grifo é nosso.] Integram a lista dos “escritores do exótico” nessa altura, como de resto são conhecidos, Atnónio Videira, Tomaz Vieira da Cruz, Gastão de Sousa Dias, Julião Quintinha, Brito Camacho, Henrique Galvão e ainda o luso-tropicalista, como alguns críticos lhe chamam, Geraldo Bessa Victor, entre outros.

Portanto, as considerações que se seguem visam a capitação, na textura de dois ensaios do então jovem Agostinho Neto, de representações colectivas que viriam tornar-se cimento da sua própria personalidade literária, e não só.

A PERSPECTIVA NACIONALISTA INICIAL

Antes de mais, vejamos o sector da realidade que pode denotar a noção de ensaio, a qual pretendemos, em certa medida, considerar central nas nossas operações. Desde logo lançáramos mão da contribuição do teórico cubano José António Portuondo, que ao debruçar-se sobre o ensaio e a crítica como géneros literários diz que “o ensaio e a crítica são, sem dúvida, entre os géneros literários, os que exigem em grau maior uma firme concepção da realidade [...] Isso explica, ao mesmo tempo, que as produções mais sólidas e mais dignas de consideração sejam produto de plumas maduras”¹⁴

Fornecida esta primeira demão, passaremos propriamente ao subtítulo em epígrafe.

Ao fazermos referência “à perspectiva nacionalista inicial”, pretendemos enquadrar o primeiro texto produzido pelo então jovem Agostinho Neto em relação aos dois textos posteriores sobre que tínhamos intenção de centralizar toda a nossa atenção. O texto a que nos reportamos, por ora, foi escrito em 1945 e publicado no jornal **O Estandarte** (fundado em 1933), sob o título “Instrução ao nativo”.

Convirá, todavia, apresentar alguns elementos que fundamentam o subtítulo em dissecação neste lugar.

Para já, entendemos que a perspectiva nacionalista prende-se com a questão colonial. Será a focagem, o ângulo de visão assumido por um indivíduo que dentro das malhas da situação colonial tece um discurso reflectindo a dialéctica e a dinâmica daquela situação tendendo a sua superação.

O que o texto consubstancia decorre da postura assumida pelo autor em relação ao conjunto mais vasto da população de Angola para o qual advoga o acesso à instrução. O autor vai questionar a política colonial do ensino: “À parte o desenvolvimento escolar que se vem notando nos grandes aglomerados de população europeia e o interesse posto na educação da criança branca, nada, no sentido de se instruir o natural, tem sido feito.”

Estender-nos-famos demasiadamente caso fôssemos abordar o confronto, em zonas pontuais, da focagem do autor com relação à concretização da política colonial no capítulo do ensino.

Se nos interrogarmos sobre a dimensão que pode tomar a estigmatização das insuficientes facilidades de acesso ao ensino no período em que foi escrito o texto e tomarmos em consideração o papel que joga o ensino no funcionamento dos “aparelhos” coloniais e na manutenção dos seus poderes, ficaremos, sem dúvidas, com a imagem das preocupações que atravessavam o espírito do nosso autor. Além disso, no seu texto, Agostinho Neto não se queda apenas na pura contemplação, ao invés, faz juízos e propostas:

Porém, neste momento em que o mundo se está preparando para a nova era, é necessário fazer-se mais [...] No entanto, parece-nos também possível, desde que haja verdadeiro interesse em resolver-se, ou, pelo menos em aumentar o mínimo de possibilidades de o nativo se instruir, contratar mais professores e abrir mais escolas.

O nosso autor está consciente da violência simbólica que penetra o território angolano e a vida das suas populações, sendo certo que tal violência faz parte da armadura da agressão colonial.

Em outro lugar do seu texto, o nosso autor escreve:

No continente europeu, o Estado Novo fomentou grandemente, por intermédio do Ministério de Educação Nacional, a instrução ao povo de todas as regiões de Portugal. Não sucedeu, porém, nesta parcela do Império, onde ainda não começou a ser encarado a sério, pelas entidades oficiais, o problema do aumento do nível de instrução aos naturais.

O raciocínio do então jovem Agostinho Neto, as representações mentais com que opera, tratando-se de viver a realidade dessas representações, conduzem-no, então, em nosso entender, ao afloramento de uma tese que encontraremos desenvolvida num dos textos que iremos ler mais adiante, em que defende a unidade do homem espiritual ao homem material. Apresentando esta tese, pretendendo a sua aplicação à realidade concreta sobre que incidem as suas preocupações, está, enfim, consciente, de uma realidade cultural que se confronta com analfabetismo, obstáculo principal para o necessário progresso e desenvolvimento das populações de Angola.

A NECESSÁRIA UNIDADE PARA A LUTA

Quanto no texto de Janeiro de 1946 o nosso autor escreve: "É voz corrente dos observadores que os elementos constitutivos da classe nativa têm a tendência para se isolarem uns dos outros, ou por meio de grossa camada de indiferença ou por espinhoso egoísmo, quando se trata de defender os interesses daquela", transparece aí a relação cognitiva que mantém com o meio que o circunda, e ela ultrapassa os limites da simples observação passiva.

Quem são os "observadores" senão os representantes do poder colonial que têm interesse na falta de unidade do povo?

Fazendo o uso da expressão "[...] voz corrente dos observadores [...]", na situação em que ela funciona, vemos o autor empregar uma importante figura de pensamento que nos permite divisar com uma certa clareza o aspecto da realidade que pretende designar. Estaremos, no dizer de Henri Lausberg, perante "uma sinédoque de menor alcance" em que "o

mais lato é expresso pelo mais delimitado”¹⁵. Quer dizer, então, o colonialismo é representado apenas em uma das suas facetas: a observação, ao que se ajuntaria, entre outras formas, a repressão.

Por aqui se vê o nosso autor declaradamente colocado no pólo oposto ao dos observadores. Mais adiante escreve: “Tal indiferença de uns para outros indivíduos com interesses comuns não é muito compreensível, uma vez que estes são o único motivo de aliança entre indivíduos, classes ou nações. É paradoxal a desunião entre **nós** nativos, que, para não citar outros aspectos de interesse comum, têm de lutar coesos pela sua economia e pelo aumento do seu nível cultural.”

O nosso autor exprime o seu pensamento em uma unidade de sentido ideológico-colectivo ao estender o seu enfoque de uma maneira mais englobante. O seu posicionamento não é qualquer outro, não se situa além, mas adentro do nós (nativos) colectivo de que se sente visceralmente parte. Aqui o discurso do nosso autor é, por excelência, um discurso mobilizador e de consciencialização.

A TESE DA UNIDADE DO HOMEM MATERIAL AO HOMEM ESPIRITUAL

Agostinho Neto, nacionalista africano que viria a ser constantemente referenciado ao lado de tantos outros nacionalistas como Amílcar Cabral, já na fase de abertura de espaço de divulgação das manifestações culturais das então colónias portuguesas, em tempo de estudantes, em Lisboa e Coimbra - deixa atrás de si estes ensaios escritos em 1946, onde fixa as traves mestras de uma consciência individual cujo campo de projecção se adequa ao destino que seria o seu, nos anos posteriores ao longo dos quais concretiza as suas acções, ou seja as suas atitudes cognitivas.

O item que aqui temos a desenvolver estende-se plenamente na esteira da fase fundamental do marxismo: “A produção das ideias, das representações e da consciência está antes de tudo directa e intimamente ligada à actividade material e ao comércio material dos homens [...] As representações, o pensamento, o comércio intelectual dos homens surgem, ainda aqui, como a emanação directa do seu comportamento material¹⁶.”

Vejamos. O nosso autor, no texto de Março de 1946, escrevia: “Nem podia ser doutra maneira, quando preconceitos pretendiam segregar indivíduos integrados na civilização, servindo-se de obsoletos processos. Enquanto os interesses do estômago e da vaidade não estivesse, até certo ponto, salvaguardados, **nada poderia o espírito produzir que trouxesse impresso o sentimento das massas nativas.**” E acrescenta: “Fomos assim divorciando do nosso espírito [...], para nos aliarmos a manifes-

tações, possivelmente sentidas, mas não vividas.”

Porque o que se acaba de expor conserva toda a sua actualidade de hoje, restar-nos-ia o desenvolvimento prático dessa perspectiva que, esboçada há quarenta anos, acompanha, todavia, a dinâmica desta realidade nacional em construção, onde o perigo tendencial do aburguesamento e o distanciamento da terra em que sopra a força telúrica nos ameaça seriamente a pretensa tentação irresistível, tipificada por um jovem angolano que aceita ser subornado por uma lata de Coca-Cola.

Há que estabelecer o equilíbrio entre as necessidades materiais e espirituais, mas é de privilegiar as primeiras. É o entendimento a inferir do trecho transcrito.

A mania da erudição sem sustentáculo de raiz é reprovável e está sempre vocacionada ao fracasso. Para ilustração, o nosso autor nos fornece mais uma pista de investigação: “Um caso concreto dessa preocupação por parte dos indivíduos cultos foi a tentativa, há uma dezena de anos passados, da criação de um Círculo de Estudos na Liga Nacional Africana para fins intelectuais e artísticos, que não vingou. O referido Círculo não seria isento de defeitos, dos quais salta à vista o mal da erudição que devia prejudicar bastante os seus trabalhos num ambiente onde seria necessário transmitir conhecimentos por via acessível. E quero crer que os dirigentes actuais das colectividades africanas não se deixarão absorver completamente pelos problemas materiais e com os fugidios prazeres que algumas horas de contacto social proporcionam, num momento como este, em que a nossa cultura tende a elevar-se como nunca.”

A defesa da dialéctica do homem material e do homem espiritual conduz-nos, necessariamente, ao entendimento de que as preocupações do nosso autor se orientam igualmente para a expressão da diferença. A diferença, ou seja o sentimento de diferença, implica um profundo conhecimento de nós mesmos, arrastando a necessidade de rejeição da violência da despersonalização. É a não aceitação da uniformização de tipo capitalista de que sobressai “o estilo de vida quotidiano, calcado sobre aquele do **homo consumens universalis**”¹⁷.

A esse respeito, o nosso autor escreve: “Não é só aqui que esta geração é inobjectiva, aérea, é-o em todas as partes do mundo. E a desunião entre os nativos não é posterior à fabricação em série do rapaz moderno [...] “Os nativos são educados como se tivessem nascido e residissem na Europa. Antes de atingirem a idade em que são capazes de pensar sem esteio, **não conhecem Angola** [o grifo é nosso]. Olham a sua terra de fora para dentro e não ao invés, como seria óbvio.”

Aí está o indício de uma muito fina perspicácia e firmeza analítica. É evidente. O nosso autor não descansa quando se trata de formular

interrogações sobre a diferença a que se tem direito. O sentimento de diferença pressupõe aquela unidade do homem material ao homem espiritual, já para alcançarmos o sentido das “manifestações, possivelmente sentidas”, mas [...] [agora] “vivas”.

Dirigindo-se, naturalmente, aos integrantes daquele camada social tendencialmente vocacionada à caricatura da despersonalização, no texto de Janeiro de 1946, o nosso autor escreve: “Não têm orgulho da sua terra porque nela nada encontram de que se orgulhar; porque não a conhecem. Não têm literatura, têm a alheia. Não têm arte sua. Não têm espírito.

“Não adoptam uma cultura; adaptam-se a uma cultura.

“Os indivíduos assim formados têm a cabeça sobre vértebras nativas, mas o seu conteúdo escora-se em vértebras estranhas, de modo que as ideias, as expirações do espírito são estranhas à terra. Daí o olhar-se esta, a sua gente e hábitos, o mundo que os rodeia, como estranhos a si - de fora.”

Estas últimas considerações remetem-nos ao problema da **identidade**, hoje muito discutido.

O PROBLEMA DA IDENTIDADE

Já que o presente trabalho não se pretende exaustivo, apesar disso era nosso desejo desenvolver neste item alguns dos pontos de vista que apresentámos ao Colóquio Internacional sobre a Identidade Nacional e Individual nas Literaturas Africanas de Língua Portuguesa, realizado no ano passado, em Paris. Isto porque achamos encontrarem plena fundamentação em várias questões que nos são propostas pelo jovem ensaísta Agostinho Neto.

O que significa - como nos diz o nosso ensaísta - afirmar: “Não é só aqui que esta geração é inobjetiva, aérea, é-o em todas as partes do mundo.”

Contudo, importa reconhecer a diferença de cada indivíduo, de cada cultura e etc. Na opinião de Jean-Marie Benoist, “uma preocupação constante atravessa o nosso tempo, saturado de comunicação, o do retiro de cada um no seu território, naquilo que faz a sua diferença, quer dizer a sua identidade”¹⁸.

A necessidade da diferença choca com o processo de uniformização que o imperialismo espalha por todo o mundo. Desse processo de uniformização sai o que o nosso autor chama “produto ersatz a quem as metáfficas amedrontam e as causas ocultas atemorizam”.

No dizer de Pierre Bordieu, “as lutas a propósito da identidade

[...] é dizer a propósito das propriedades [...] ligadas à **origem** através do **lugar** de origem e as marcas duráveis que lhe são correlativas, são um caso particular [...] de fazer conhecer e de fazer reconhecer, de impor a definição legítima das divisões do mundo social [...]"¹⁹.

Entretanto, de acordo com Amílcar Cabral, "reconhecer ou afirmar a identidade de um indivíduo ou de um grupo humano é, acima de tudo, situar esse indivíduo ou grupo no âmbito de uma cultura [...] Parece, pois, lícito concluir que a possibilidade de um determinado grupo humano preservar (ou perder) a sua identidade face ao domínio estrangeiro depende do grau de destruição verificada na sua estrutura social por esse mesmo domínio"²⁰.

Na nossa comunicação apresentada ao colóquio internacional a que já fizemos referência analisámos a identidade individual de um escritor como elemento da identidade nacional, pelo que apresentámos a identidade individual do escritor susceptível de ser tratada em duas vertentes: o conteúdo sócio-histórico da personalidade do escritor (indivíduo) e a finalidade material do modo de produção individual.

Ora, carreando pela via da intertextualidade a articulação do acima exposto, voltaremos, inicialmente, a fazer a interrogação deixada em aberto. O que significa - como nos diz o nosso ensaísta - afirmar o seguinte: "Não é só aqui que esta geração é inobjectiva, aérea, é-o em todas as partes do mundo." Aqui o nosso autor já entrevia aquilo que Amílca Cabral mais tarde apresentaria como "o grau de destruição".

"**Lá fora** há o hábito de depreciar quanto é nativo; e os moços nativos cujos espíritos derivaram para o exterior e em quem está atinente um **quantum** de vaidade (como em qualquer ser humano) têm vergonha em considerar-se incluídos naquela esfera depreciada e não somente não a auxiliam como procuram desprezar as iniciativas de carácter puramente nativo; porquanto o cérebro afina por diapasão estranho; porque foi psicologicamente distorcido pelo **eurotropismo**", acrescenta o ensaísta A. Agostinho Neto.

Tudo isso significa que é importante termos o sentido de ubiquidade individual para depois definirmos a nossa ubiquidade colectiva e cultural. Ter esta capacidade é, desde logo, ter o poder de impor-se enquanto indivíduo perante outros, bem assim como de fazer-se conhecer e reconhecer pelos outros. E o indivíduo que assim proceder está habilitado a falar como membro de uma colectividade mais ampla de que faz parte. De contrário, o perfil que o indivíduo poderá pretender para si vai traduzir-se numa massa informe, indefinida e incolor. Na esteira do que se vem dizendo, o nosso autor aduz o seguinte: "Cada um, é claro, tem consciência do prejuízo que causa furtando-se à luta comum, mas procura conven-

cer-se de que a **identificação** com o longínquo é um mal... necessário!"

De resto, "[...] não será mostrando-nos ao mundo como cartaz de garota bonita, sistematicamente leviana e ansiosa de aplausos, que formaremos o ambiente espiritual desejado, antes como pessoas sensatas que sabemos ser".

CONCLUSÃO

Em resumida síntese, pretendemos apontar para as imperfeições de que o nosso texto não está isento. A simetria que damos ao nosso leitor não apresenta um tal rigor que caracteriza os trabalhos bem elaborados. Os cinco itens ao longo dos quais tentámos desenvolver algumas das nossas reflexões não obedecem, de todo em todo, a uma articulação vertical; por vezes eles remetem-nos a subsídios que evidentemente no nosso texto não estão dados. Contudo, não quisemos deixar passar o 10º aniversário da nossa Independência sem uma saudação que possa indicar a existência de homens que com ela despertaram para a vida e dela aproveitam os frutos de um tempo novo.

Sabemos já que a literatura, no nosso país, sempre acompanhou o Movimento de Libertação Nacional. E hoje que ela se move num espaço territorial soberano, os da nova geração terão apenas a ganhar ao munirem-se de factos que atravessam a nossa História, edificando uma nova consciência com base nela. Esboçada esta intenção, tomámos a decisão de fazer uma leitura actualizada dos dois ensaios que no título deste trabalho deixámos expresso.

Chamamos igualmente a atenção do nosso leitor para o facto de as traduções dos trechos que consideramos contribuições, retirados de certos autores que figuram nas "notas", obedecerem apenas à competência que temos da leitura da língua em questão.

NOTAS

1. MUDIMBÉ, V.Y., *L'odeur du père (Essai sur les limites de la science et de la vie em Afrique Noire)*, Paris, Présence Africaine, 1982.

2. "Alto-Comissariado da Republica:

Decreto nº 99:

Tendo-se passado factos anormais em alguns pontos da Província que revelaram que, por parte de certos elementos nativos, houve intenção de revoltar contra a autoridade as populações indígenas;

Sendo alta a gravidade de factos desta natureza, impondo-se a necessidade não só de puni-los mas também de tomar as medidas que evitem a sua repetição;

Tendo-se reconhecido, pelas averiguações a que já se procedeu, que a estes acontecimentos não são estranhos a **Liga Angolana** e o jornal **O Angolense**:

Artº 1º É extinta a associação denominada “Liga Angolana”

Artº 2º É suspensa a publicação do jornal **O Angolense**

Ato-Comissariado da República, em Luanda, 21 de Fevereiro de 1922. - O Alto-Comissário, **José Mendes Ribeiro Norton de Matos.**”

3. FRANCO, Pedro da Paixão, **História de Uma Traição**, Livraria Moreira, 1911, p.23.
4. Cf. CUNHA, Leal, **Calígula em Angola**, Lisboa, s.d.
5. JÚNIOR, António Assis, **Relato dos Acontecimentos de Dala Tando e Lucala**, Lisboa, Edições 70/UEA, 1980, p.23.
6. WHELLER, Douglas, C., e, CHRISTENSEN, C. Diane, “**To rise with one mind: The Bailundo war of 1920’**”, in **Social Change in Angola**, Freiburg, 1973, p.80.
7. Ver SAMUEL, Michel Anthony David, “**Methodist education in Angola**”, in revista **Studia**, Lisboa, 1967.
8. CERQUEIRA, Ivo Benjamim de, **Relatório da Direcção dos Serviços e Negócios Indígenas, 1931/1932**.
9. Ibidem.
10. BALANDIER, Georges, **Sociologie Actuelle de l’Afrique Noire**, Paris, Quadrige, Presses Universitaires de France, 1982.
11. ALMEIDA, Gaspar de, “Haja Luz”, in **O Estandarte**, Setembro, de 1938, nº43.
12. Ob. cit.
13. MOURALIS, Bernard, **Littérature et Développement**, Paris, Silex, 1984.
14. Ob cit., por ARIAS, Salvador, “Literatura Cubana (1959-1975)”, in **Revista Casa de Las Américas**, nº113, La Habana, 1979.
15. LAUSBERG, Henri, **Elementos de Retórica Literária**, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 1966.
16. MARX e ENGELS, “A Ideologia Alemã”, t. V, pp. 15-16, Mega [...], in **Sobre Literatura e Arte**, Lisboa, Ed. Estampa, 1974.
17. AMIN, Samir, **Classe et Nation**, Paris, Ed. Minuit, 1979.

18. BENOIST, Jean-Marie, "Facettes de l'Identité", in **L'Identité** (Séminaire dirigé par Claude Lévi Strauss), Paris, Quadrige, Presses Universitaires de France, 1977.
19. BORDIEU, Pierre, **Ce que parler veut dire**, Paris, Fayard, 1982.
20. CABRAL, Amílcar, **A arma da Teoria** (Obras escolhidas), vol. I, Lisboa, Seara Nova, 1978.